

Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade

A Condição Pública e Patrimonial das Cidades

Vítor Matias Ferreira *

Resumo: O protagonismo urbano, nas suas modalidades mais ou menos eufemísticas de afirmação e de projecção das cidades, tem sido um tema recorrente, nos últimos anos, do debate sobre o futuro daquelas entidades urbanas. O presente artigo (que se insere no contexto de uma investigação em curso) procura discutir aquela noção, de contornos acentuadamente ideológicos, em função de diversas áreas temáticas, parte das quais têm vindo a alimentar aquele debate, nomeadamente as questões relacionadas com a globalização económica e com a dita competitividade urbana. Na tentativa de superação de alguns daqueles limites, procura-se situar aquela noção no quadro de um debate mais alargado, ainda que um tanto ambíguo, sobre o património urbano, o que levou o autor a sublinhar a condição pública e patrimonial das cidades. Finalmente, o conjunto de reflexões apresentadas permitem partir para uma abordagem mais específica, articulando, então, aquele protagonismo urbano com a “ideia” e o “desenho” que podem vir a configurar um projecto de cidade.

Palavras-chave: competitividade urbana e projecção das cidades; o património das cidades como protagonismo urbano; a condição pública e patrimonial da cidade; o protagonismo urbano e o projecto de cidade.

Nota com texto

No quadro de uma investigação em curso¹, diversos documentos de trabalho foram sendo produzidos, sistematizando materiais empíricos, explorando metodologias de análise e reorganizando, teoricamente, o próprio quadro de problematização daquelas pesquisas. O presente documento insere-se num tal contexto de investigação, particularmente ao nível do enquadramento analítico que tem estado em discussão na abordagem das temáticas fundamentais do projecto, em especial no caso da metrópole de Lisboa. Em todo o caso, o texto que aqui se publica obriga à explicitação de dois requisitos básicos: não constitui, como é óbvio, um documento teoricamente “finalizado” (em função das

exigências da investigação) e, por outro lado, não deixa de ter incorporado muito do trabalho analítico, colectivo, entretanto produzido (não só no contexto da referida investigação). Contudo, não é por simples deontologia académica que se afirma que só ao autor deste texto poderão ser pedidas “responsabilidades analíticas” pelo que a seguir se apresenta.

Competitividade Urbana e Projecção das Cidades

As cidades continuam, portanto, na ordem do dia. Efectivamente, um conjunto diversificado de factores tem vindo a participar num certo “renascimento” urbano e numa progressiva projecção das cidades. De entre esses factores, sem dúvida que a conjuntura internacional configura,

* Catedrático de Sociologia do ISCTE. Investigador-Coordenador do CET. Contacto: vitor.ferreira@iscte.pt

¹ *Património Urbano, Espaço Público e Protagonismo das Cidades. As Metrópoles de Lisboa e do Porto no dealbar do séc. XXI*, projecto de investigação em curso no Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, coordenado pelo autor deste texto e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Da equipa do projecto fazem parte os seguintes investigadores do C.E.T.: Alexandra Castro, João Seixas, Isabel Pato e Elisabete Lopes. De referir, ainda, que o projecto conta com a consultoria de Fernando N. da Silva e de Nuno Portas (neste último caso, em especial para a abordagem analítica da metrópole do Porto).



Foto de Paulo Lopes Ferreira

uma vez mais, uma condição determinante para o papel a assumir por aquelas entidades históricas. Dois vectores fundamentais continuam, assim, presentes na actual conjuntura, corporizando o discurso científico e orientando as práticas sociais e políticas em relação àquelas entidades: globalização e competitividade. Tais “palavras-chave” – qual alegoria permanentemente recorrente no discurso dominante – irão ter, no quadro urbano-metropolitano, uma especificação muito particular e, em certa medida, determinante, na própria configuração daquela conjuntura internacional.

Em rigor, pode-se falar, antes, de um contexto de “globalização competitiva”, mesmo admitindo as condicionantes da primeira e os limites da segunda, nomeadamente, neste caso, quando os limites da competitividade, no quadro urbano, determinam modos e redes de cooperação entre as cidades, como noutra momento assinalámos (cf. V. Matias Ferreira et al., 1997: 23-95). Mas é, pois, num tal contexto, que aquelas entidades de historicidade urbana acabam por assumir um protagonismo estratégico, sobre o qual se tem vindo a desenvolver, então, um debate sobre eventuais “vantagens comparativas” entre as cidades (cf. C. Morandi, 1994), para além da escala territorial em que se projecta aquele protagonismo urbano.

Deste modo, um protagonismo crescente das cidades e uma progressiva projecção, interna e externa, das suas “identidades”, mas sobretudo

das suas “virtualidades” (muitas vezes jogando no seu duplo sentido!), quer ao nível económico, quer mais modestamente em termos sociais e culturais, constituem, pois, alguns dos temas recorrentes a propósito da competitividade urbana. Sabendo-se o papel, cada vez mais central, que as cidades têm vindo a representar no actual contexto internacional, sobretudo ao nível económico e político, o discurso sobre aquele protagonismo e sobre aquela projecção tem induzido novas construções problemáticas, quer sobre os modos de organização e funcionalidade urbana, quer, também, sobre novas formas de acção política em relação àquelas entidades históricas e culturais. Independentemente daquelas “virtualidades”, um tal discurso não deixa de participar nos processos de efectiva e renovada centralidade urbana e territorial.

No entanto, é bom ter presente que aquela competitividade urbana não constitui uma temática propriamente original. E, contudo, significativamente, a sua plena actualidade aparece, hoje, estreitamente associada ao processo dominante da globalização, como referimos atrás, nomeadamente no contexto da generalização dos mercados económicos e dos fluxos financeiros, das condições de inovação decorrentes das novas tecnologias e das novas divisões funcionais e sectoriais do trabalho, bem como dos padrões de investimento, não só económico, mas também noutros sectores da vida cultural e artística. Deste modo, aquele processo de globalização

incide, também, numa acentuada padronização e numa progressiva homogeneização de modos de vida social e de estilos de atitude cultural, de padrões e comportamentos de consumo e dos próprios projectos individuais.

Verificamos, assim, que aquele processo de globalização não se reduz à esfera propriamente produtiva e reguladora da economia, abrindo-se, cada vez mais, aos sectores da reprodução social e da vida quotidiana, nas suas dimensões públicas ou privadas, mas também ao nível colectivo e individual. O que significa o alargamento, de resto já assinalável em fase anterior de desenvolvimento do capitalismo, daquele processo de “mundialização”, não só do campo propriamente económico, mas igualmente da esfera social e cultural, atravessando, assim, plenamente, as sociedades ditas nacionais, mas efectivamente “globalizadas” a um nível cada vez mais transnacional!

Por outro lado, é bom recordar (tal como sublinhámos em obra anteriormente citada) que a globalização é um processo – processo de globalização, efectivamente – e não uma condição inerte na sua própria dominação. Não se trata de mera retórica linguística, como então dissemos, mas de uma exigência de compreensão daquelas formas de dominação e das próprias contradições inerentes aos modos de concretização e de alargamento desse mesmo processo. Uma tal constatação implica, pois, uma análise aprofundada da própria dinâmica societal, conflitual e contraditória, comportando, por isso, potencialidades, mas também limites àquelas mesmas tendências de progressiva globalização hegemónica da economia, da cultura e da política.

Daquelas tendências é possível inferir, ainda, uma lógica dominante nos processos de globalização, acentuando ao nível territorial o que podemos designar, parafraseando M. Castells, por uma dinâmica de espaços de fluxos (Castells, 1996: 376-428). Uma tal dinâmica acaba por estruturar um sistema de dominação em rede – rede de fluxos, precisamente – através da qual se exerce, efectivamente, aquela mesma globalização. Mas, exactamente porque não se está perante fenómenos de mero determinismo, haverá lugar para colocar naquele “mapa”, o que o mesmo autor designa de espaços de lugares, através dos quais se projectam as características identitárias e se assumem as especificidades sociais e culturais dos diversos aglomerados – e, portanto, também das cidades – numa dialéctica desigual, é certo, mas em confronto e em contraposição com aquela mesma dominação globalizada.

Por isso, será redutor, como dissemos, limitar a dita competitividade urbana à sua dimensão estritamente económica, ainda que, sem dúvida, esta dimensão constitua, claramente, um factor central naquele processo de globalização. De resto, do ponto de vista macroeconómico, A. Amin e N. Thrift são peremptórios, ao afirmar que “são as empresas e não as cidades que entram em processos de competição” (A. Amin e N. Thrift, 2000:22), conclusão que, contudo, não parece contrariar o presente posicionamento, centrado, como veremos melhor seguidamente, nos processos de afirmação qualitativa das cidades. Mas, assim como aquela dimensão económica fica obrigada, na prossecução dos respectivos objectivos, a formas mais ou menos assumidas (ainda que, por vezes, em termos um tanto “defensivos”) de cooperação económica (cf. Grupo de Lisboa, 1994), assim também aquela dita competitividade urbana apela, se não mesmo exige, modos e instrumentos de cooperação urbana. Ao fim e ao cabo e como afirmámos no início, a competitividade urbana é indissociável da própria cooperação entre as cidades, precisamente se as situarmos num quadro de efectivo protagonismo urbano.

Tal é o contexto genérico, contraditório e paradoxal, ainda que sucintamente assinalado, em que podemos situar a referida “competitividade urbana”. E se nos parece importante sublinhar a sua natureza contraditória e, sem dúvida, ambígua, é porque ela é, quase sempre, aferida em termos de saber qual é a “melhor” cidade – ao nível do investimento económico, da “qualidade de vida”, etc – para então a colocar no topo das cidades “mais”! Constatamos, assim, que uma miríade de estudos e de propostas, baseados sobretudo em critérios e factores de dominante económica, procuram situar as cidades – muitas vezes as “suas” cidades – em “rankings” de hierarquização duvidosa, e duvidosa, sobretudo, porque limitada a uma avaliação restrita dos respectivos critérios de avaliação e, mais ainda, porque a generalidade desses critérios incide, quase sempre, sobre unidades territoriais não comparáveis entre si – como é o caso da suposta comparabilidade internacional em que Lisboa aparece limitada à sua dimensão concelhia! Como é evidente, a este nível territorialmente restrito, os “racios” encontrados não só não espelham o contexto metropolitano em que esta cidade inelutavelmente se situa, como, por outro lado, são quase sempre informados por critérios de natureza económica, e económica, sobretudo, na sua projecção predominantemente quantitativa.

Em tais condições, parece correcto admitir que existe uma diferença significativa entre, por um lado, uma avaliação qualitativa (nem sempre inequívoca, convenhamos) dos pressupostos e das condições daquela competitividade urbana, associada aos pressupostos de afirmação do protagonismo das respectivas cidades e, por outro, dos objectivos e do “público-alvo” do que tem vindo a ser designado de “marketing” das cidades, tal como noutro momento tivemos ocasião de discutir (cf. Matias Ferreira et al., 2000). Com efeito, se no primeiro caso as dimensões analíticas são, fundamentalmente, de ordem económica, social e cultural, no segundo, o que está em causa é, claramente, da esfera política e ideológica. Ou, por outras palavras, se aquela primeira abordagem releva, sobretudo, da ordem do analítico, a segunda postura é, manifestamente, de índole normativa. Como veremos melhor seguidamente, é no primeiro plano assinalado que procuramos situar a presente discussão.

A Dupla Dialéctica do Protagonismo Urbano

Convém ter presente, desde já, que o protagonismo urbano que temos vindo a referir, não decorre, de modo exclusivo, da mencionada conjuntura internacional. Depois de um período, um tanto anómalo, de um paradoxal “abandono” das cidades – em que as transformações económicas e sociais implicaram fortes concentrações das actividades terciárias, acompanhadas de uma progressiva desertificação social, precisamente nas zonas de mais intensa sociabilidade urbana, isto é, na própria cidade – novas exigências económicas e sociais, mas também culturais, acabaram por estar na origem de um certo “regresso à cidade”. É, ainda, um processo em curso, contraditório, amplamente apoiado pelos poderes públicos e tendencialmente assumido por estratos sociais em ascensão económica, a par de outros grupos socialmente privilegiados, entretanto inseridos na cidade. A actual tendência para um progressivo protagonismo das cidades, em grande medida decorrente da referida conjuntura internacional, como destacámos no ponto anterior, reencontrou, assim, uma dinâmica urbana que tem vindo a exponenciar aquele mesmo protagonismo.

Assinalemos, sucintamente, este processo de mudança. Sabemos que aquela situação de um progressivo “vazio urbano” é consequência de um intenso processo, em certa medida “anti-

-urbano”, mas paradoxalmente de “conquista” da cidade, com uma dupla resultante de efeitos cumulativos, já noutro momento assinalados: ocupação do centro com actividades económicas terciárias, se não mesmo “quaternárias”, implicando uma drástica desertificação social da cidade, enquanto tal; paralelamente, e como consequência daquele mesmo processo, uma progressiva expulsão das populações residentes para as periferias da cidade, tornadas simples “dormitórios” de uma força de trabalho supostamente “urbanizada”. Configurou um processo, amplamente documentado na literatura especializada – a título ilustrativo, refira-se a abordagem original e muito sugestiva de F. Indovina sobre os processos e as modalidades do que ele designou de “cidade difusa” (F. Indovina, 1990), numa alegoria à “urbanização” das sociedades – e que acabou por estruturar a formação de muitos espaços metropolitanos, em especial nos países do Sul da Europa.

O momento actual parece configurar, como dissemos, uma situação tendencialmente distinta da anterior. Como parece evidente, razões económicas, sociais e culturais estão na origem daquele movimento de “redescoberta” da cidade. Mas também razões políticas. Assim, não só a cidade retoma o seu lugar privilegiado de criação de “mais-valias” económicas e sociais, como, culturalmente, parece voltar a assumir um papel de “vanguarda modernizadora”, por mais ambíguo e contraditório que possa ser um tal protagonismo. Por outro lado, sob o ponto de vista político, rapidamente se concluiu que uma situação de progressiva desertificação social, não só implicaria uma progressiva e inelutável “crise fiscal” das cidades (de que uma vasta literatura, nos finais dos anos 70 do século passado, não deixou de sublinhar), como acabaria por determinar uma inexorável incompatibilidade com a necessidade de legitimação eleitoral, precisamente do exercício do poder político.

Sobredeterminando aquela tendência, o actual protagonismo urbano acaba por ser exponeciado por uma conjuntura económica e política muito particular, marcada por uma condição de globalização competitiva, tal como atrás sublinhámos, na qual as cidades tendem a assumir um papel de mediação privilegiada, inclusive a uma escala internacional. Mas, tal como vimos no ponto anterior, o actual processo de globalização – globalizando a discriminação! – não é, portanto, um processo linear, de causa-efeito, nas sociedades contemporâneas. Pelo contrário, quanto mais se acentua o processo de globalização, à escala global, efectivamente, mais

parece destacar-se a emergência de uma especificidade particular, à escala local, precisamente. Contudo, convém ter presente que a conclusão anterior só aparentemente pode ter uma interpretação contraditória, quanto muito um tanto paradoxal. É necessário, por isso, regressar ao contexto de globalização competitiva, que referimos atrás, em que as economias e as sociedades se encontram tendencialmente inseridas no momento presente. Nesse contexto, mais do que as nações, as cidades parecem ocupar um lugar central de confronto e de eventual superação dos desafios colocados por aquela situação. Porque polarizam funções económicas centrais, porque concentram poderes políticos e sociais e porque condensam manifestações culturais e artísticas, as cidades tendem, assim, a posicionarem-se como protagonistas privilegiadas, a qualquer dos níveis de referência daquela globalização competitiva.

Por outro lado, não deixa de ser significativo, também, que o processo de generalizada competitividade (económica, como já se disse, mas também ao nível social e cultural) encontre limites estruturais no seu próprio interior. Assim, no quadro urbano, aquela competitividade confronta-se com a exigência fundamental – inclusive para consolidar, em termos sustentáveis, um protagonismo que, efectivamente, não se esgota naquela mesma competitividade urbana – de desenvolver e de estreitar modos e redes de cooperação entre as cidades, tal como procurámos justificar no ponto anterior. Mas não só. Com efeito, aquele protagonismo das cidades, ao potenciar modos e caminhos de cooperação urbana, encontra condições para a concretização de um desenvolvimento urbano *sustentado*, tendo em conta, nomeadamente, a própria raridade e exemplaridade desse recurso “artificial” a que chamamos de *cidade*.

Deste modo, o presente protagonismo urbano, assumido, em termos gerais, como um processo de afirmação qualitativa das cidades², parece encontrar-se numa insólita encruzilhada: condicionado e determinado pelo processo de globalização, especifica-se, realmente, a uma escala local (seja ela urbana ou metropolitana); por outro lado, resultando aquele protagonismo, também, de um acentuado contexto de competitividade, ele está “condenado”, na precisa medida em que quer afirmar esse mesmo protagonismo, a processos de cooperação com outras

cidades (à escala nacional ou internacional). Num tal quadro problemático, faz sentido, então, falar de uma dupla dialéctica do protagonismo urbano, enquanto matriz de referência desse processo de afirmação das cidades: globalização *versus* localização e competitividade *versus* cooperação.

O Património das Cidades como Protagonismo Urbano

Aquela dupla dialéctica, enquanto matriz de referência, permite enquadrar algumas das premissas do referido protagonismo urbano. Uma situação exemplar, emblemática de algum modo, poderá ajudar-nos a explicitar aquela postura. Realmente, sabemos como aquele protagonismo urbano, enquanto vontade de afirmação das cidades, aparece, hoje, estreitamente associado à realização de “grandes projectos”, numa enunciação em que a adjectivação “grandiosa” tenderia a diluir, significativamente, a própria ideia de “projecto”! Subjacente a uma tal postura está, ainda, a convicção de que tais realizações irão constituir a “ocasião” (parafraseando F. Indovina, 1992), de profundas transformações no tecido urbano dos respectivos territórios. Como veremos, de seguida, a formulação crítica que acabámos de citar não poderá ser reduzida à vulgata “ocasional” do discurso técnico e político actualmente dominante.

Com efeito, no quadro daquele discurso, grandes investimentos na cidade, nomeadamente ao nível do edificado e das infra-estruturas, são vistos como “ocasiões” privilegiadas de mudança no ordenamento e na imagem dessa mesma cidade. Num tal contexto, aquelas intervenções tenderiam a ser simbólica e materialmente assumidas como a face “modernizadora” de um projecto de afirmação das cidades, independentemente da condição urbana pré-existente e dos próprios efeitos económicos, sociais e territoriais que, necessariamente, tais intervenções acabam por determinar. Estaríamos, assim, perante uma leitura um tanto simplista da mudança urbana, isto é, entendida como mero fenómeno de causalidade linear, de simples causa-efeito, independentemente das condicionantes de partida e dos impactos posteriores à intervenção. E, no entanto, para a generalidade das situações, estão

² F. Indovina (2001), criticando a noção de “concorrência entre as cidades”, propõe, antes, o tema da “valorização das cidades”, numa abordagem que valorizando, precisamente, a qualidade das cidades, não parece muito distinta da que aqui apresentamos.

longe de serem conhecidos – exactamente porque não foram avaliados – os efeitos não imediatos (inclusive os que possam vir a ter consequências perversas face às intenções iniciais) daqueles “grandes projectos” (a título ilustrativo, nomeadamente sobre o projecto urbano associado à realização da Expo’98, cf. Matias Ferreira e Francesco Indovina, 1999).

Por isso, não deixa de ser extremamente significativo registar, sobretudo no discurso político, a frequência e o modo com que surgem as referências àqueles “grandes projectos”, desde logo pela ênfase “grandiloquente” que uma tal enunciação é suposto conter. Naturalmente, aquele tom enfático vai de par com a suposta convicção que, quanto maior for aquela dimensão quantitativa, maior será, certamente, a sua projecção qualitativa e, daí, a conclusão que maior será a afirmação da respectiva cidade. Numa tal equação tão linear, aquela afirmação não se quer num simples registo “doméstico”, pelo contrário, ela quer-se projectada num contexto francamente mais amplo, se possível no próprio quadro internacional!

E, no entanto, aquele discurso empolado dos ditos “grandes projectos”, não deixa de ser contraditório com a realidade mais geral das respectivas cidades – como é o caso de Lisboa – particularmente evidente no que se refere ao seu património urbano (tomado no sentido mais abrangente, isto é, mais compreensivo, tal como noutro momento procurámos justificar (cf. V. Matias Ferreira, 2000) que apresenta, ainda, níveis elevados de degradação e de desqualificação. Mas não só o património urbano, também boa parte do genérico espaço público da cidade e da metrópole continua aguardando projectos, não necessariamente “grandes”, mas de efectiva (e não meramente “verbal”) requalificação urbana (adiante voltaremos à abordagem destes temas). Ao fim e ao cabo, não é possível isolar aquelas

intervenção de grande porte, sem as situar no contexto mais amplo da avaliação das próprias condições de vida urbana e de mudança social daquelas mesmas cidades. É isso porque, paralelamente àquelas grandes intervenções no território urbano, continuam a existir bolsas de exclusão social e espacial, não só em manchas significativas das ditas periferias suburbanas, mas também no interior das cidades, inclusive em zonas historicamente consolidadas, ainda que urbanisticamente desqualificadas.

Em tais condições, a temática do património urbano, ainda que envolta nalguma ambiguidade conceptual – nomeadamente, restringindo-a a uma visão, digamos “museográfica”, isto é, olhando aquele património “peça-a-peça” e exclusivamente ao nível do dito “património histórico” (cf. F. Choay, 1996, G. Giovannoni, 1998) – permite, contudo, tipificar e diferenciar, enquanto dimensão analisadora, as formas de produção urbana (em particular, dos referidos “grandes projectos”), a par da abordagem dos processos de apropriação social e cultural desse mesmo património urbano.

Por outro lado, ainda que, no campo analítico, seja pertinente diferenciar as temáticas em causa, podemos admitir, contudo, no quadro mais genérico do património urbano, a natureza e dimensão do referido espaço público – o que significa considerar os espaços públicos como “património das cidades” (I. Joseph, 1995) – avaliado, também aqui, ao nível dos respectivos processos da sua produção e apropriação. Constituem indicadores emblemáticos sobre as condições de exercício público e de utilização social e cultural do referido património urbano (cf. J. Alpass, 1993; Picon-Lefebvre, 1997; I. Joseph, 1998). Com efeito, a análise destas condições – que, em última instância, tem a ver com o próprio exercício da democracia e da cidadania – permite testar, igualmente, a qualidade e o usufruto daquele património urbano.

Estamos, assim, perante indicadores potentes de avaliação da qualidade de vida pública, no quadro mais amplo do património urbano e em cidades atravessando processos de transformação significativa, nomeadamente através de importantes investimentos económicos e sociais (edificações, infra-estruturas, equipamentos, etc), mas também culturais e artísticos (grandes eventos, arte pública, animação urbana, etc). Um dos temas urbanos, por excelência, que melhor parecem condensar a natureza “laboratorial” daqueles processos, reportam-se, precisamente, às frentes de água urbanas, que abordámos noutro momento (cf. Matias Ferreira et al.,



Foto de Alexandra Castro

1997 e também com Alexandra Castro, 1999). Nesses estudos, entretanto publicados, tivemos ocasião de sublinhar, entre outros aspectos, como muitas dessas acções urbanísticas se limitaram a ser “grandes”, ao mesmo tempo que ignoraram a própria condição de “projecto” que lhes estava subjacente, esquecendo (?), assim, que qualquer intervenção urbanística, independentemente da sua dimensão, tem que se inserir, adequadamente, no respectivo contexto social e espacial. Em última instância, trata-se, portanto, de recordar a condição pública e patrimonial da cidade, no quadro da qual se devem situar os requisitos, mas também os projectos dessas mesmas acções urbanas. É o que veremos seguidamente.

A Condição Pública e Patrimonial da Cidade

No quadro da investigação que referimos no início deste texto, uma hipótese analítica tem vindo a orientar a fase das pesquisas actuais, apoiada, em grande medida, no respectivo trabalho de observação empírica. Em termos operativos, analíticos, uma tal hipótese, centrada numa das vertentes de avaliação dos processos e dos projectos de afirmação do mencionado protagonismo urbano, orientou-se para a *abordagem das morfologias urbanas* dos espaços constitutivos e integrantes do território metropolitano de Lisboa. Sublinhe-se, entretanto, que com aquela designação “morfológica” estamos contemplando, simultaneamente, o que na linguagem urbanística configura a “forma” do tecido urbano, mas também o que, no quadro sociológico, se reporta à “formação” social urbana, no sentido de contemplar o correspondente sistema de relações sociais e culturais, bem como os respectivos quadros identitários da vida urbana (para um aprofundamento desta abordagem (cf. A. Firmino da Costa, 1999). A abordagem analítica do património urbano e dos espaços públicos, desenvolvendo um anterior posicionamento (cf. VMF, 2000), certamente permitirá um melhor esclarecimento dessa temática.

Para avançar é necessário estabelecer, contudo, uma distinção fundamental entre *espaços públicos urbanos* (no plural, portanto) e *espaço público da cidade* (na sua singularidade identificadora da cidade). Em relação a esta noção de “espaço público”, convém sublinhar (tal como assinalámos no texto anteriormente citado), que não está em causa a sua discussão num quadro propriamente filosófico, nem mesmo no campo da

comunicação social. Isaac Joseph (1995: 12-13) ajuda-nos nessa demarcação analítica, quando destaca que, efectivamente, “para a filosofia política e para os especialistas da sociedade de comunicação, o termo espaço público – utilizado no singular – designa, hoje, um espaço de debates, de controvérsia ou de revelações, evocando o dispositivo democrático por excelência, a esfera da publicidade, no sentido de Kant e de Habermas”. E numa tal demarcação, o mesmo autor acrescenta que “para a sociologia urbana, pelo contrário, a construção do conceito de espaço público foi mais laboriosa e mais polémica (...) ligada ao lento reencontro com a rua e com as culturas de rua”. E se é certo que, face a tais espaços de sociabilidade e de convivibilidade social, o remate do autor em relação aos novos espaços públicos é particularmente crítico, na medida em que, para ele, “o espaço público que se constrói (...) é o espaço das sociabilidades frias e das ligações frágeis”, a presente demarcação analítica ajuda-nos a precisar a distinção donde partimos.

Assim, na linguagem mais propriamente urbanística, aqueles “espaços públicos” são entendidos, na generalidade, como componentes de articulação e de ligação (ao fim e ao cabo, de integração) dos territórios tendencialmente *privados* da cidade, acentuando, deste modo, o papel intersticial – ainda que territorialmente determinante – dos ditos “espaços públicos”. Face a uma tal pluralidade de espaços no território em causa, parece importante confrontar e debater esse papel efectivamente integrador dos espaços públicos urbanos, com a própria *condição pública* da cidade, independentemente da natureza jurídica ou das modalidades de apropriação da materialidade existente na respectiva cidade. Não se tratando, como dissemos, de um posicionamento de natureza filosófica, o desafio que fica colocado é o de manter, de modo permanente, aquele *referente*, público por excelência, no próprio quadro de análise sociológica e urbanística dos referidos espaços públicos urbanos (na sua pluralidade e diversidade).

Pretende-se, assim, confrontar a noção genérica, comumente utilizada pelos urbanistas, em especial no quadro do planeamento urbano, conotada com os espaços públicos urbanos, com uma outra noção, sem dúvida mais ampla, mas de significado mais específico e mais compreensivo da própria condição civilizacional das cidades, que estamos designando de espaço público da cidade, enquanto condição social e culturalmente pública da cidade. Em momento anterior, vimos como uma tal distinção analítica parece particu-

larmente “visível” em relação às cidades actuais – tendo presente o referido contexto de globalização, num quadro de assunção/superação da respectiva modernidade histórica – o que não significa que aquela distinção, eventualmente com uma formulação distinta, tenha estado ausente em configurações urbanas anteriores.

Em todo o caso, na distinção anteriormente referida, uma temática-chave acabou por se



Foto de Alexandra Castro

destacar enquanto analisadora (numa formulação próxima da “sociologia institucional”) daquela mesma distinção – reportamo-nos à referida análise das morfologias urbanas da cidade, na sua dupla condição social e espacial, como atrás sublinhámos. Um tal posicionamento metodológico tem, desde logo, um duplo objectivo, que decorre das abordagens analíticas aqui em causa, estreitamente articuladas entre si: num caso, o enfoque analítico procura recensear e avaliar, através da inquirição das respectivas “formas urbanas”, os espaços públicos (no plural) e o património urbano (tal como o temos vindo a caracterizar) que, em conjunto, configuram e integram aqueles territórios; complementarmente, estará em causa identificar e caracterizar a condição urbana (enquanto dinâmica qualitativa e prospectiva), bem como avaliar a projecção pública (no sentido da sua dimensão social, cultural e urbana) daqueles mesmos territórios e, em última análise, da cidade em questão.

Como é evidente, aquela “cidade” não é um dado de partida, pelo contrário, uma vez que é ela própria – no caso, enquanto cidade-metrópole – que, em última análise, está aqui em discussão. Estamos, assim, um tanto longe da mera análise

urbanística dos ditos espaços públicos ou de um mero recenseamento patrimonial, de carácter local. E se essa observação empírica constitui uma abordagem necessária dos territórios em análise, o posicionamento metodológico adoptado pressupõe, entre outras derivas, uma perspectiva diferenciada de escalas analíticas. Como parece claro, não é esta mudança de escala que está em causa, mas tão só a compreensão de uma das dimensões dialécticas do protagonismo urbano que referimos anteriormente. Por outro lado, em função do enquadramento anterior, constata-se, assim, a necessidade de confrontar aquelas observações empíricas com a correspondente avaliação qualitativa do que, em última instância, tem a ver com a condição pública e patrimonial do(s) território(s) em análise³.

Convém ter presente, no entanto, que a análise das morfologias urbanas não é uma panaceia, nem ela capta, só por si, as dinâmicas de mudança social e espacial do respectivo território. Ou melhor, aquela análise morfológica deve permitir uma melhor inquirição dessas dinâmicas, para além, portanto, das imagens aparentemente estáticas que, em cada momento, as “formas urbanas” possam apresentar. A este nível, portanto, uma análise estritamente urbanística (no sentido anteriormente referido) é, manifestamente, insuficiente, sendo mesmo duvidoso se constitui uma “etapa” de investigação! Em todo o caso, essas análises têm de ser ponderadas com outras abordagens, em especial com as que conjuguem as dinâmicas sociais e culturais de incidência local, com as propostas, projectos, planos, etc., de carácter sociopolítico, para cada uma daquelas “formas urbanas”. Ao fim e ao cabo, estamos perante “partes de um todo”, ao nível local, portanto – e, como se sabe, aqui, como na vida, o “todo” não é a soma das partes! – cuja compreensão mais profunda remete, necessariamente, para um referente mais global, neste caso, para a Cidade enquanto tal, isto é, no caso concreto, para a metrópole de Lisboa.

Sem dúvida que a herança das perspectivas funcionalistas sobre a cidade não deixará de estar presente nalguma ambiguidade analítica, que partindo da diferenciação funcional do espaço urbano, pretende sustentar um outro (?) ordenamento social e territorial da cidade. É verdade que a análise funcional da cidade, das “funções urbanas” precisamente, não tem que estar enfeu-

³ Richard Sennett tem uma formulação curiosa sobre “domínio público” que nos pode ajudar a clarificar o que referimos como condição pública da cidade. Lembrando que a noção de “público”, na sua origem grega, é uma “categoria da sensibilidade” (na sua relação com o outro), R. Sennett entende aquele domínio público “como uma dimensão da experiência social em que a sensibilidade às diferenças é susceptível de se tornar e de mostrar o papel do espaço na formação desta sensibilidade” (R. Sennett, 1990:32, itálico nosso).

dada, inelutavelmente, a uma perspectiva funcionalista. Mas também é verdade que se aceitarmos um posicionamento distinto, nomeadamente a partir de Amendola (2000), para quem as formas urbanas já não seguem as funções da cidade, não só reforçamos a pertinência analítica das morfologias urbanas, como constatamos o enviesamento normativo, claramente ideológico, das posturas que tendem a tornar exclusivo – e, em certa medida, auto-explicativo – o papel (isto é, a função) a representar na cidade, neste caso pelos ditos espaços públicos.

Aquele “desvio” analítico – que, ao fim e ao cabo, correspondeu a uma opção normativa que, durante décadas, fez escola em nome do *urbanismo* – encontrou na famosa Carta de Atenas a sua marca fundadora. Vale a pena uma referência, breve que seja, a essa “magna carta” do urbanismo novecentista, sobretudo pelo papel representado em relação à problemática do património urbano. Ao fim e ao cabo talvez seja mais correcto falar de “duas cartas” de Atenas, tal como sustenta C. Soucy (1996: 148). Efectivamente, haveria uma, de 1931, que “proclama explicitamente, pela primeira vez, o dever de proteger os *conjuntos urbanos*, reconhecidos por constituírem muito mais do que uma soma de edifícios (...). A segunda carta de Atenas, a que sintetiza, em 1934, seis anos de trabalho do C.I.A.M. (Congresso Internacional de Arquitectura Moderna), proclama, simetricamente, como se sabe, que é necessário modernizar a cidade antiga (e no limite destruí-la?) em nome de um zonamento funcional (que seria também um zonamento social), da higiene, da circulação mecânica, etc”. E perante a evidente dualidade de critérios, o autor remata afirmando que “longe de serem contraditórios, aqueles textos são perfeitamente complementares: basta que não sejam aplicados nos mesmos espaços”! (*op. cit.*: 147). As consequências desta ambiguidade urbanística – presente, ao longo de décadas, na própria prática do urbanismo! – são sobejamente conhecidas, embora nunca seja demais reafirmá-las. De resto, é o mesmo autor que nos ajuda a entender o alcance de tais posturas, quando, no seguimento dos comentários anteriores, afirma que “nunca como então os grandes países europeus terão posto tantos meios em acção para apagar do seu território (sobretudo urbano e industrial) os traços de dez séculos de ordenamento (...). E para isso a sociedade moderna acreditou dever fazer tábua rasa das sociedades que a precederam e dos traços que elas haviam deixado no território”.

A história da “renovação urbana”, tal como ela vigorou na Europa, pelo menos desde os anos 60 do século passado, aí está para ilustrar, com veemência, a conclusão anterior!

Esta mesma dualidade de critérios sobre o património das cidades – em certa medida, homóloga à que vimos em relação aos espaços públicos – está ainda hoje presente, embora com justificações políticas aparentemente distintas. Assim, em relação ao património urbano, parece possível distinguir, ainda que em termos um tanto esquemáticos, entre uma perspectiva que designámos anteriormente de “museográfica”, de uma outra que tendo presente, naturalmente, a componente histórica e “monumental” do património, joga, sobretudo, com a dimensão identitária e cultural da cidade. Significativamente, aquela visão parcelar e excepcional do património da cidade – entendido, assim, como conjunto de “peças” de um suposto “museu urbano”, no qual a cidade ficaria encerrada – tem estado presente, na generalidade das situações, na origem da destruição de boa parte do respectivo património urbano, como vimos atrás. Com efeito, aquele posicionamento, ao assumir-se como “excepcional” – e cuja excepcionalidade é, ainda, enfatizada, na medida em que, muitas vezes, surge associada a processos de distinção e de classificação desse mesmo património “seleccionado” – tem vindo a cautionar, implícita ou explicitamente, consequências profundamente nefastas e irreversíveis (de destruição, ao fim e ao cabo), do “restante” património, considerado, assim, como “não excepcional” e, nessa medida, como passível de eliminação!

No quadro da investigação empírica, o desafio que se coloca, ao nível da análise das morfologias urbanas, parece ser o de manter permanentemente em avaliação crítica a referida dualidade de critérios, tendo em conta que o actual contexto sociopolítico é, ainda, particularmente “sensível” a uma tal ambiguidade processual. Por outro lado, de acordo com o posicionamento que temos vindo a adoptar – posicionamento que, em última análise, releva do debate sobre a condição pública e patrimonial da cidade, tal como procurámos demonstrar anteriormente – parece possível concluir que, em termos operativos, empíricos, património urbano e espaço público são como que o verso e o reverso de uma mesma problemática analítica, no caso centrada nas modalidades e nas condições de expressão do protagonismo urbano de cidades em processo de mudança económica, social e cultural. Nessa medida, o aprofundamento analítico

daquelas duas temáticas – testando-se e validando-se, reciprocamente – não deixará de permitir uma avaliação crítica sobre as condições daquele mesmo protagonismo urbano e, deste modo, do próprio “projecto de cidade” que é suposto afirmar e projectar aquele mesmo protagonismo.

Protagonismo Urbano – um Projecto de Cidade?

Já noutro momento (em texto anteriormente citado – cf. VME, 2000), procurámos discutir a noção de “projecto de cidade”. Que nos seja permitido retomar, nas suas linhas gerais, esse posicionamento, como forma de enquadrar este último ponto do presente texto. Tendo em conta que a noção de “projecto de cidade” é indissociável do próprio entendimento da cidade como projecto, afirmávamos, então, que esta noção era suficientemente sugestiva para incorporar uma “ideia” e para configurar um “desenho”, ideia e desenho que se deverão desenvolver numa posterior materialização social, cultural e urbana. Trata-se, pois, de um projecto socialmente em construção, evidenciando-se, deste modo, a natureza social daquele projecto, o que permite sublinhar a natureza social da “ideia” e do “desenho” que, em conjunto e em cada momento, esboçam aquele mesmo projecto. Não pareceu preocupante que, afinal, este projecto se apresente como um “esboço”. Ao fim e ao cabo, está na sua própria natureza, uma vez que decorre, como vimos, da sua transitoriedade, do seu devir, de se tratar, precisamente, de um projecto “em construção”! Mas, por outro lado, aquele esboço materializa-se em cada momento, tal como dissemos, sendo que esta permanente interacção se limita a enfatizar a condição processual daquele mesmo projecto.

Registámos, por outro lado, que não bastava sublinhar “como” se processa este projecto, que era necessário saber, ainda, quem o determina, isto é, quem o esboça e o materializa, ou seja, ao fim e ao cabo, torna-se necessário referenciar quem dirige e controla aquele mesmo projecto. Como se sabe, este “quem” não é propriamente identificável, ou melhor, a sua identificação, os seus conteúdos e a sua própria capacidade de acção relevam de outros posicionamentos, concretamente do domínio do *político* e da prática da *política*. Percebe-se que assim seja, dada a própria natureza social daquele projecto e da correspondente recusa em o considerar como um

suposto “instrumento” de mera utilização operativa sobre a cidade. Sabemos, também, que aquela distinção é meramente analítica, uma vez que o que se quer enfatizar é a própria condição da *praxis* – enquanto dialéctica entre o sistema político e o exercício da política – do referido projecto de cidade. Sublinhe-se, por fim, que aquela condição de “projecto” deve permitir, contudo, a materialização de um conjunto de princípios normativos e de orientações estratégicas, estabelecidos na base de uma contractualização, socialmente garantida e politicamente assumida.

Alongámo-nos um pouco mais neste enquadramento, porque nos continua a parecer particularmente adequado para encerrar, por agora, a discussão de alguns dos pressupostos fundamentais do protagonismo urbano, donde partimos. Com efeito, vimos como um tal protagonismo deveria recusar situar-se numa mera contabilidade de “racios” e de “rankings”, para se posicionar, abertamente, ao nível da própria qualidade urbana do território em causa, por mais subjectiva – e analiticamente complexa – que possa vir a ser uma tal avaliação qualitativa. Deste modo, procurámos ilustrar aquele protagonismo a partir de duas temáticas centrais desse processo de afirmação das cidades – espaço público e património urbano – enquanto temas analisadores e significantes daquele mesmo protagonismo. A partir desse posicionamento, e tal como procurámos justificar, constatámos, então, que a abordagem analítica daquelas temáticas remete, em última instância, para a discussão crítica sobre a condição pública e patrimonial da cidade.

Num tal contexto, não será certamente estranho afirmar que um determinado projecto de cidade – no sentido anteriormente referido, que, como vimos, pressupõe uma base contratualizada, socialmente garantida e politicamente assumida – poderá (deverá?) constituir, em primeira instância, o *garante* do respectivo protagonismo urbano. É certo que, no debate actual sobre o planeamento urbano, particularmente em relação ao “planeamento estratégico”, a noção de projecto de cidade é central, confundindo-se, contudo e com frequência, com aqueles instrumentos de acção social e urbana. Sublinhe-se, no entanto, que uma tal “confusão” – presente em muitas propostas de planeamento, efectivamente de raiz tecnocrática, ainda que com “roupagens estratégicas”... – não tem sido inocente (cf. Carlos Vainer, 2000). Por outro lado, no quadro daquele debate, mais decisivo do que discutir aqueles instrumentos, é aprofundar as políticas e as

estratégias ou, mais especificamente, é debater e contratualizar um determinado projecto de cidade – a título ilustrativo, destaque-se a abordagem de Oriol Nel.lo, que associa aquele projecto, no caso da região metropolitana de Barcelona, à “cidade futura” (O. Nel.lo, 2001:167-195).

Neste sentido, o debate sobre o projecto de cidade situa-se a montante dos próprios processos decisoriais, pelo que é a esse nível que deve ser materializada a “ideia” (de cidade) e configurado o “desenho” (urbano), a partir de um processo de largo envolvimento dos agentes e dos actores sociais e de uma progressiva condensação social e política em torno, precisamente, desse mesmo projecto de cidade⁴.

Mas regressemos à condição pública e patrimonial de cidade, condição fundamental, como vimos, para se avaliar a qualidade do respectivo protagonismo urbano. Alain Bourdin, num texto sobre políticas do património urbano, parte de uma premissa curiosa, e de certo modo eloquente, que nos pode ajudar neste regresso. Afirma ele que “salvo se, como no Portugal do Doutor Salazar, se tratar de difundir a ideia de uma anti-modernidade, é na tensão entre património e projecto que se revela a modernidade”. Curiosa observação, sem dúvida, não só pela referência expressa à anti-modernidade do período salazarista em Portugal (muito embora saibamos que aquela postura não caracteriza, de modo homogéneo, todo o período do Estado Novo), mas sobretudo pela caracterização da modernidade a partir daquela tensão entre património e projecto. No final do referido texto, o autor é mais explícito, quando sublinha que em matéria de políticas do património urbano, torna-se necessário interrogarmo-nos “sobre o que constitui a unidade de um património, sobre os actores que a relação com o património permite mobilizar e ajudar a agir e, sobretudo, sobre o projecto político, social, económico e urbanístico que permitirá dar sentido à escolha patrimonial” (A. Bourdin: 11-13, itál. VMF). Estamos ao nível de matéria normativa, de propostas e de políticas urbanas, mas independentemente desse carácter mais propositivo, é a estreita interacção entre património e projecto que sem dúvida se destaca.

Trata-se de uma interacção ou de uma tensão, no dizer daquele autor, mas que, do nosso ponto de vista, não deve ter uma leitura de tipo maniqueísta, no sentido em que o “património” seria conotado, inexoravelmente, com o “pas-



Foto de Alexandra Castro

sado” e o “projecto”, exclusivamente, com o “futuro”. De resto, as reflexões que apresentámos anteriormente, impedem-nos uma tal dicotomia, sobretudo quando sublinhámos a dimensão produtiva do património ou, noutra formulação, parafraseando F. Choay, quando é possível destacar a “invenção do património urbano” (F. Choay, 1996:130-151). É certo que em relação ao património, particularmente em relação ao património das cidades, há uma dimensão memorial, de “memória urbana”, como noutro momento procurámos ilustrar (VMF, 1998: 53-61), mas que não esgota, como temos vindo a ilustrar, aquela mesma condição patrimonial.

Convém recordar, por isso, a multiplicidade de sentidos contida naquela enunciação, desde logo em torno daquela dupla condição da cidade, neste caso ao nível “memorial” e “urbano”. Graeme Gilloch, no seu estudo sobre “Walter Benjamin e a cidade”, recorda que “a análise de W. Benjamin quanto ao carácter da cidade, tal como surge na memória (a cidade recordada), bem como o carácter da memória, tal como surge na cidade (memória urbana), fundem-se na sua conceptualização do monumento, do edifício ou estrutura edificada na cidade, precisamente para celebrar o passado” (G. Gilloch, 1997:72). Como é evidente, esta dimensão histórica, memorial, constitui uma componente determinante do património em geral. Contudo, em relação ao património urbano, tal como temos vindo a discutir, ele está sujeito a um permanente processo de invenção social e cultural, que decorre, precisamente, da própria dinâmica civilizacional, à luz de uma “permanente” contemporaneidade, inerente ao que designámos por condição pública e patrimonial da cidade.

⁴ “Projecto de cidade” que se pretende distinto de “projecto urbano”, como bem sintetiza Patrizia Ingallina (2001), ainda que a autora considere este “projecto urbano” como uma noção “floue”! Não é certamente este o lugar (e o momento) para uma discussão aprofundada sobre estas noções, nem o presente texto parece exigir um tal debate. Mas aconselha-se a consulta do texto anterior, em especial pp. 27-30.

Que a noção de património urbano não se reduz à sua componente memorial, projectando-se, igualmente, na sua inelutável produção, é algo que, como sublinhámos, introduz naquela noção uma componente de contínua contemporaneidade. Ao fim e ao cabo, a produção patrimonial das cidades de hoje, será certamente, em grande medida, o património urbano de amanhã! O que, como é óbvio, coloca o problema sobre a própria qualidade (em sentido muito amplo) do que é edificado. Isso mesmo leva F. Choay, de modo muito crítico, a discutir a competência de edificar, no sentido de “assimilar a arte de edificar no espaço a uma determinada competência, o que exige, para que não defina e não perca a sua própria actualidade, um adequado desempenho (performance)”. E, um pouco mais adiante, a autora explicita melhor, ao afirmar que, “contrariamente ao que deixam entender os fantasmas da síndrome patrimonial, a edificação representa somente uma modalidade própria ao homem, que é a modalidade da fabricação (...), pelo que se trata de “reaprender a produzir e a habitar – o que é o mesmo – espaços articulados, diferenciados, proporcionados, fundamentados”. E conclui afirmando que um tal empreendimento não é de pouca monta, ele “compromete um destino, uma visão do mundo e uma escolha de sociedade” (1996: 183-191). Tendo em conta o quadro analítico que temos vindo a propor, não parece forçado concluir que aquele empreendimento pressupõe, efectivamente, um “outro” projecto de cidade, o que, parafraseando aquela autora, pressupõe uma outra “escolha societal”!

Sem dúvida que aquela “competência de edificar” – questionando o papel dos técnicos e dos políticos e, ao fim e ao cabo, o do próprio “modelo urbano” actualmente em curso – abre para uma nova problemática, de profunda acuidade, que manifestamente teremos que deixar para outro momento. Mas parece oportuno um último comentário sobre aquelas “competências”, agora reportadas ao contexto do respectivo ordenamento territorial. C. Soucy, em texto ante-

riormente citado, é peremptório nesse comentário: retomando a noção de F. Choay, agora sobre a *incompetência de edificar* (de uma obra da autora de 1980, mais de dez anos antes da que anteriormente nos guiou na discussão sobre “a alegoria do património”), C. Soucy, depois de duvidar, em relação aos projectistas em geral, das actuais “competências simultâneas em matéria de solidez, de funcionalidade e de beleza”, conclui, de modo definitivo, afirmando a “nossa incompetência (colectiva) de ordenar o espaço urbano” (*op. cit.*: 150). Perante uma conclusão tão definitiva, que o autor procura fundamentar, uma questão decisiva fica, contudo, por responder: quem tem, então, competência para edificar e ordenar o território? A pergunta, mantendo obviamente a polémica, obriga regressar, necessariamente, às “origens” da cidade – ou melhor, obriga regressar ao referido projecto de cidade – recordando, então, entre outras derivas, que estamos perante processos *socialmente em construção*, o que é uma forma de ir respondendo àquele “quem”, sem que, por isso, se considere encerrado o mencionado debate!

São efectivamente vastas as questões aqui em discussão, para nos permitirmos, também nós, uma conclusão definitiva, agora sobre o protagonismo urbano e o projecto de cidade, que é suposto sustentar aquela afirmação qualitativa das cidades. Mas, por isso mesmo, procurámos fundamentar um posicionamento baseado na condição pública e patrimonial da cidade, o que, como vimos, nos obrigou a explorar algumas das dimensões qualitativas subjacentes àquela mesma condição urbana. Mas também afirmámos, no início, que este texto nunca seria um documento analiticamente “finalizado”, uma vez que, como dissemos, ele faz parte de um conjunto mais amplo de documentos de trabalho de um projecto de investigação, actualmente em curso. Em todo o caso, a sua presente publicação justifica-se, do nosso ponto de vista, como forma de alargar aquele debate e, deste modo, como proposta de (continuação de) aprofundamento das temáticas aqui em discussão.

Referências Bibliográficas

ALPASS, J. (1993), “The development of public space as the basis for urban life” in A. MONTANARI et al, *Urban Landscape Dynamics. A multi-level innovation process*, Avebury, Aldershot.

AMENDOLA, G. (2000), *La Città Postmoderna*, Roma-Bari, Ed. Laterza.

AMIN, A. e THRIFT, N. (2000), « Riflessioni sulla competitività della città », *Foedus*, Veneza, 1, Novembro, pp. 5-25.

BOURDIN, A. (1996), “Sur quoi fonder les politiques du patrimoine urbain?”, *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 72, pp. 7-13.

CASTELLS, M. (1996), *The Rise of the Network Society*, vol.

- I de *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Malden/Oxford, Blackwell Publis.
- CHOAY, F. (1996), *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Ed. du Seuil.
- COSTA, A. F. da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- GILLOCH, G. (1997), *Myth & Metropolis. Walter Benjamin and the City*, Cambridge, Polity Press.
- GIOVANNONI, G. (1998 1931), *L'Urbanisme face aux Villes Anciennes*, Paris, Ed. du Seuil (trad. do ital.).
- GRUPO DE LISBOA (1994), *Limites à Competição*, Lisboa, Publ. Dom Quixote.
- INDOVINA, F. (1990), «La città diffusa», Veneza, Istituto Universitario di Architettura di Venezia, DAEST, doc.
- INDOVINA, F. (1992), *La Città Occasionale*, Milão, F. Angeli.
- INDOVINA, F. (2001), «Economia locale e internazionale della città. Appunti sulla dinamica urbana del presente prossimo », Veneza, I.U.A.V., doc.
- INGALLINA, P. (2001), *Le Projet Urbain*, Paris, PUF, Que sais-je ?
- JOSEPH, I. (org) (1995), *Prendre Place. Espace Public et Culture Dramatique*, Colloque de Cerisy, Paris, Editions Recherche, Plan Urbain.
- JOSEPH, I. (1998), *La Ville Sans Qualités*, Paris, Éditions de l'Aube.
- MATIAS FERREIRA, V. (1998), *Património Urbano – a Memória da Cidade* in *Urbanidade e Património*, Lisboa, IGAPHE/URBE, pp. 53-62.
- MATIAS FERREIRA, V. (2000), “Cidade e Democracia”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 1, Dez., CET – ISCTE, pp. 9-35.
- MATIAS FERREIRA, V. et al (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Lisboa, Ed. Bizâncio.
- MATIAS FERREIRA, V. e INDOVINA, F. (coord.) (1999), *A Cidade da Expo'98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Ed. Bizâncio.
- MATIAS FERREIRA, V. e CASTRO, A. (1999), *Cidades de Água. A Lenta “Descoberta” da Frente Marítima de Lisboa* in. MATIAS FERREIRA, V. e INDOVINA, F., *A Cidade da Expo'98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Ed. Bizâncio, pp.17-40.
- MATIAS FERREIRA, V. et al (2000), “Base de Dados de Lisboa – um Instrumento para a Competitividade Urbana”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 1, Dez., CET – ISCTE, pp. 129-137.
- MORANDI, C. (1994), *I Vantaggi Competitivi delle Città : un Confronto in Ambito Europeo*, Milão, F. Angeli.
- NELLO, O. (2001), *Ciutat de ciutats*, Barcelona, Editorial Empúries.
- PICON-LEFEBVRE, V. (dir) (1997), *Les Espaces Publics Modernes. Situations et Propositions*, Paris, Le Moniteur.
- SENNETT, R. (1990), «La conscience de l'oeil» in *L'Espace du Public. Les Compétences du Citadin*, Colloque d'Arc-et-Senans, Plan Urbain.
- SOUICY, C. (1996), «Le Patrimoine ou l'avers de l'Aménagement», *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 72, Sep., pp. 145-153.
- VAINER, C. (2000), *Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planeamento Estratégico Urbano in A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*, Petrópolis, Editora Vozes.